

# AVISO: EUA NÃO VÃO NOS AJUDAR.

## O governo norte-americano vai esperar até ter uma "visão clara" do que o Brasil pretende

O Brasil deve negociar com seus credores e não com os governos, disse um alto funcionário governamental dos Estados Unidos ontem, interpretando a posição do País que suspendeu há duas semanas a dívida aos bancos privados. "Não se admite aqui nenhum desejo de socorrer o Brasil até que tenhamos uma visão clara do que estão tentando fazer".

"Nessa conjuntura, o Brasil terá que negociar com os bancos", advertiu outro funcionário. O funcionário, que pediu para que sua identidade fosse mantida em segredo, disse que o Conselho Nacional de Segurança, o Tesouro e o Departamento de Estado, além de outros setores, estiveram ontem discutindo a situação. Ao mesmo tempo, pequenos bancos que concederam empréstimos ao Brasil e a

outros países latino-americanos endividados reuniram-se pela manhã com o presidente da Reserva Federal, Paul Volcker.

O subsecretário do Tesouro, David Mulford, afirmou que propostas inovadoras e dramáticas para resolver a crise da dívida externa do mundo em desenvolvimento podem ser atraentes politicamente, mas são em sua maioria pouco práticas e poderiam ser contraproducentes. A declaração de Mulford foi feita a uma subcomissão da Câmara de Representantes, onde ele sustentou que há progressos no tratamento da dívida, apesar de indícios negativos e numerosas novas propostas.

No caso do Brasil, como houve várias tentativas para enfrentar esse problema, alguns parlamentares quiseram incluir cláusulas de



Gopp

conhecimento aos ajustes de sua economia que o governo vem realizando.

Em janeiro passado, o FMI outorgou a Buenos Aires um crédito de 1,3 bilhão de dólares, mais outro de 400 milhões de dólares. O país também obteve apoio do Banco Mundial, na forma de um crédito de 2 bilhões de dólares para financiar um programa de reestruturação do Estado, montante que o país receberá durante este ano e o próximo.

A Argentina, que já obteve um acordo com o Fundo Monetário Internacional, pretende obter de seus credores um crédito de 2,1 bilhões de dólares. E reivindica, ainda, menores taxas de juros, em re-

amortização em proveito da lei de comércio exterior que será apresentada à Câmara nos próximos meses. Mulford disse que "não há soluções de dia para a noite", diante das dificuldades reais da dívida, e que o progresso demandará tempo, apoiando-se em reformas econômicas e fortalecido por novos financiamentos para necessidades imediatas dos países devedores, para apoiar a reforma e o crescimento geral.

Os banqueiros japoneses temem que a recente decisão brasileira de suspender o pagamento dos juros de sua dívida externa estimule outros países do Terceiro Mundo a adotar posição semelhante. Entre as nações que se constituem em risco para os credores, mencionam-se em Tóquio a Argentina, que deve cerca de US\$ 5 bi-

lhões a bancos comerciais particulares japoneses, Venezuela, com US\$ 4 bilhões, e Filipinas, com US\$ 2.700 milhões. Um alto executivo declarou que os bancos japoneses emprestaram grandes somas ao Brasil e a outros países em desenvolvimento, levando em conta que "um Estado nunca redonda em quebra". Segundo essas fontes, um consórcio de bancos comerciais japoneses responde por US\$ 10,7 bilhões do valor global de US\$ 68 bilhões em créditos a médio e longo prazos que o Brasil obteve dos bancos comerciais privados estrangeiros.

Os mais importantes bancos japoneses, incluindo o Bank of Tokyo, o Industrial Bank of Japan e o Sumitomo Bank, têm despendido esforços para discutir a forma de enfrentar o problema da suspen-

são dos pagamentos por parte do Brasil. As mesmas fontes disseram que mais de doze bancos credores japoneses estão estudando a hipótese de formar uma companhia para encampar as dívidas congeladas dos bancos credores locais.

Um alto executivo japonês, que não quis se identificar, disse que a solicitação de novos créditos ao Brasil, "é um assunto extremamente delicado, sem ceder ao desejo do Brasil. Depende da política de cada um dos bancos". Segundo as fontes, os representantes dos bancos japoneses encarregados dos créditos aos países em desenvolvimento encontram-se em Nova York discutindo medidas em conjunto para serem adotadas diante do Brasil, com representantes norte-americanos e de bancos de outros países.

## Argentina: pressa em renegociar.

A Argentina enfrenta dificuldades, junto aos bancos credores de sua dívida externa, para obter crédito em condições favoráveis, admitiu ontem o diretor do Banco Central argentino, Daniel Marx, que se encontra em Nova York para tentar a renegociação. Ele queixou-se da demora em obter respostas, afirmando que "não se pode perder muito tempo em negociações lentas ou mecanismos de desgaste".

Marx lembrou, inclusive, que "a Venezuela e o México já encer-

raram suas negociações, por isso pretendemos também concluir as nossas de maneira razoável". Ele adiantou, porém, que um dos entraves que vem enfrentando é o fato de que "até o momento não há uma posição uniforme" dos bancos credores, que totalizam cerca de 350 instituições.

A Argentina, que já obteve um acordo com o Fundo Monetário International, pretende obter de seus credores um crédito de 2,1 bilhões de dólares. E reivindica, ainda, menores taxas de juros, em re-

conhecimento aos ajustes de sua economia que o governo vem realizando.

Em janeiro passado, o FMI outorgou a Buenos Aires um crédito de 1,3 bilhão de dólares, mais outro de 400 milhões de dólares. O país também obteve apoio do Banco Mundial, na forma de um crédito de 2 bilhões de dólares para financiar um programa de reestruturação do Estado, montante que o país receberá durante este ano e o próximo.

A queda de janeiro é a maior desde setembro de 1950, quando o índice composto dos indicadores econômicos dos Estados Unidos caiu 1% em janeiro, contra um aumento de 2,3% em dezembro e uma alta de 0,9% em novembro, informou em Washington o Departamento de Comércio.

A queda de janeiro é a maior desde setembro de 1950, quando o índice composto dos indicadores econômicos, que assinala o comportamento futuro da economia, caiu 1,2% em agosto em relação a julho. Isso significa que o crescimento da economia norte-america-

na ainda continua em fase de desaceleração e não dá sinais de recuperação.

A diminuição do índice se deu a uma redução das licenças para novas construções, à qual se juntou uma diminuição dos seguintes indicadores: exigências iniciais para auxílio-desemprego, novas ordens de compras de bens de consumo duráveis, prestações dos vendedores, encomendas de maquinaria e preços de materiais sensíveis aos movimentos de oferta e procura. Aumentaram, em troca: a sema-

na de trabalho média, a formação de novas empresas, os preços de ações e a massa monetária.

Os economistas norte-americanos disseram que o indicador de janeiro não provocou surpresas porque simplesmente confirmou as previsões dos especialistas.

Em dezembro, a escalada nas compras de automóveis, antes de entrar em vigor em janeiro, uma nova tabela de impostos, e a febre de construção na Califórnia contribuíram para a alta dos indicadores.

## Economia americana começa ano em baixa